

ADJETIVOS SINCATEGOREMÁTICOS:  
UM PROBLEMA PARA A SEMÂNTICA

JOSÉ BORGES NETO  
UFPR

1. ADJETIVOS SINCATEGOREMÁTICOS<sup>1</sup>

Quine, em seu livro "Word and Object" (1960), retoma a distinção feita pelos lógicos medievais entre termos categoremáticos e termos sincategoremáticos e a aplica aos adjetivos das línguas naturais.

*"A mere child is not something that is mere and a child. Similarly for dubious honors, feigned affection, real money, and expectant mothers. Such an adjective invites the old philosophical word syncategorematic. For such an adjective is not a term (in my sense) marking out a category of objects in its own right; it makes sense only with (syn) such a term, e.g., 'mother' as part of a further such a term, e.g., 'expectant mother'." (QUINE 1960, p.103)*

É Katz, porém, quem traz tal distinção para o âmbito da lingüística "stricto sensu" para descrever o comportamento semântico da palavra inglesa "good".

*"The meaning of 'good'... does not have the kind of structure that the meaning of most other English words do. Whereas the meaning of words as 'bachelor', 'honest', 'hard', 'cuts', 'liquid', etc., is made up of component elements that are attributes in their own right, the meaning of 'good' is a function which operates on other meanings, not an independent attribute. Apart from combination with the conceptual content of other words and expressions, the meaning of 'good' does not make sense. Since the meaning of 'good' cannot stand alone as a complete concept, we shall say that the meaning of 'good' is syncategorematic." (KATZ 1966, p.312)*

---

<sup>1</sup> Este trabalho explora uma questão que venho perseguindo desde minha Dissertação de Mestrado (Borges Neto 1979), orientada pelo Prof. Carlos Franchi e defendida no IEL/UNICAMP. Como não consegui, nestes anos todos, chegar a uma proposta de solução que me pareça minimamente adequada para a questão, coloco-a à apreciação da comunidade lingüística, na esperança de que mais trabalhos sobre ela se desenvolvam de modo que possamos, enfim, resolvê-la.

Tanto para Quine quanto para Katz os adjetivos sincategoremáticos caracterizam-se por não serem "independentes" e precisarem sempre de um outro elemento (um substantivo, normalmente) para "fazerem sentido". Os dois autores destacam, também, o fato de os adjetivos sincategoremáticos não apresentarem extensão, isto é, não determinarem, por si sós, uma classe de objetos como sua referência. Vejamos alguns exemplos.

- (1) Oscar é um jogador de basquete calvo.
- (2) Oscar é um belo jogador de basquete.

É fácil perceber que embora possamos concluir de (1) que Oscar é calvo, não podemos concluir de (2) que Oscar é belo. Oscar é calvo independentemente de ser jogador de basquete, estudante, brasileiro, solteiro, etc. Por outro lado, Oscar só é belo enquanto jogador de basquete, ou seja, "belo" é a expressão de uma propriedade de jogador de basquete e não de Oscar (não poderíamos dizer que, se Oscar é um belo jogador de basquete, Oscar é um belo estudante). O adjetivo "calvo" é um atributo de Oscar (é um termo, na terminologia de Quine, e representa um conceito, na visão fregeana assumida por Katz) enquanto o adjetivo "belo" não o é (não é um termo, nem um conceito completo). Pode-se dizer que há um conjunto de "coisas calvas" e que o que se afirma em (1), entre outras coisas, é que Oscar pertence a esse conjunto. Não se pode, no entanto, a partir de (2), afirmar que existe um conjunto de "coisas belas" e que Oscar pertence a esse conjunto. Note-se que o comportamento dos dois adjetivos é diferente quando coordenados com o substantivo que qualificam ou apresentados como "predicativos" independentes:

- (1') Oscar é jogador de basquete e calvo.
- (1') Oscar é jogador de basquete e Oscar é calvo.
- (2') Oscar é jogador de basquete e belo.
- (2') Oscar é jogador de basquete e Oscar é belo.

"Calvo" é um adjetivo categoremático e "belo" é um adjetivo sincategoremático.

Podemos perceber melhor a diferença de comportamento dos dois tipos de adjetivos se compararmos seus papéis em raciocínios dedutivos. Pensemos no seguinte raciocínio.

- (3) a. João é pianista e arranjador.  
b. João é um pianista cego.  
c. Logo, João é um arranjador cego.

É possível expor a forma lógica deste raciocínio usando o instrumental

da teoria dos conjuntos; a primeira premissa nos diz que João pertence à intersecção do conjunto dos pianistas com o conjunto dos arranjadores; a segunda premissa diz que João pertence à intersecção do conjunto dos pianistas com o conjunto dos cegos e a conclusão vai nos dizer que, dadas as duas premissas, João necessariamente pertencerá à intersecção do conjunto dos arranjadores com o conjunto dos cegos.

Pensemos, agora, no seguinte outro raciocínio:

- (4)
- a. João é pianista e arranjador.
  - b. João é um pianista famoso.
  - c. Logo, João é um arranjador famoso.

Parece claro que o raciocínio (4) é falacioso - não é possível tirar das duas premissas a conclusão (4c). Ora, a forma lingüística de (4) é indêntica à forma de (3), exceto pela presença de "famoso" no lugar de "cego", mas não é possível dar um tratamento conjuntista a (4). Somos levados a concluir que a diferença entre os dois adjetivos é a causa da boa formação do primeiro raciocínio e da má formação do segundo e que esta diferença parece ser justamente a extensionalidade de "cego" contra a intensionalidade de "famoso".

Não é difícil perceber que esta diferença entre "determinar conjuntos" (ser extensional) e "não determinar conjuntos" (ser intensional) é justamente uma das distinções que caracterizam a oposição entre os adjetivos categoremáticos e os adjetivos sincategoremáticos. O adjetivo "cego", em (3), é categoremático e o adjetivo "famoso", em (4), é sincategoremático.

Encontramos na literatura lingüística e filosófica dois tipos de tratamento para a distinção entre categoremáticos e sincategoremáticos. Vamos chamá-las de abordagem lexical e abordagem sintática.

A abordagem lexical trata os adjetivos sincategoremáticos (AS, doravante) como uma classe especial de adjetivos, definida a partir do comportamento semântico peculiar de seus integrantes, e os adjetivos categoremáticos (AC, doravante) como outra classe, disjunta da primeira. A abordagem sintática vai relacionar a distinção AC/AS a distintas configurações sintáticas (Formas Lógicas), de modo que um dado adjetivo será AC quando aparecer em determinadas configurações sintáticas e será AS quando aparecer em outras.

Vamos analisar separadamente cada uma dessas abordagens.

## 2. A ABORDAGEM LEXICAL

Um representante típico dessa abordagem é Katz, com sua análise do adjetivo inglês "good" (Katz 1966, p.288 e segs.).

Para Katz, os nomes em inglês são agrupáveis em duas categorias,

mutuamente exclusivas. Numa delas encontramos os nomes que são avaliáveis em termos de bom ou mau (por exemplo, "faca", "dinheiro", "cidadão", "mãe", "pulmão", "relógio", "martelo", etc.). Na outra, encontramos todos os nomes dos quais não faz sentido dizer que é bom ou mau (por exemplo, "líquido", "eletricidade", "planeta", "molécula", "verdade", "ameba", "grão de areia", etc.)<sup>2</sup>

Todos os nomes da primeira categoria recebem um marcador semântico de avaliação ("Evaluation semantic marker") que indica serem as coisas abarcadas pelo significado do nome (= sua extensão) avaliáveis em termos de bom ou mau. O nome "faca", por exemplo, teria, entre outros marcadores, o marcador semântico de avaliação de (5):

(5) (+/- Aval: (facilidade para dividir substâncias mais macias que sua lâmina))

Dizer que a faca "é boa" ("uma boa faca" ou "a faca é boa") é atribuir o sinal "+" ao marcador semântico de avaliação de "faca"; dizer que a faca "é má" ("uma faca ruim" ou "a faca é ruim") é atribuir o sinal "-" a este mesmo marcador.

Para Katz, então, adjetivos como "bom" e "mau" não apresentam um significado que possa ser definido autonomamente. A definição correta do significado de "bom" (e de "mau") deve explicitamente conter referência a componentes do significado do nome ao qual "bom" se liga. Os adjetivos "bom" e "mau" (e todos os adjetivos que se comportam como eles) são sincategoremáticos.

É fácil levantar uma série de objeções à proposta de Katz. Uma primeira objeção pode ser encontrada em Sampson (1970) e diz respeito à natureza ad hoc do marcador semântico de avaliação. Segundo Sampson, dizer que um navio é bom pode significar que ele é seguro nas tormentas, que ele é confortável para viagens longas, que ele transporta grandes cargas, etc. A questão de Sampson é saber se a entrada lexical de "navio" deve mencionar todas as propriedades que podem servir de critério para uma avaliação em termos de bom e mau. Se a entrada lexical mencionar apenas uma (ou algumas) dessas propriedades, ficamos às voltas com um problema de escolha arbitrária. Se todas as propriedades precisarem ser mencionadas, precisaremos necessariamente supor que elas são finitas em número e, como diz Sampson

*"Any physical object will have infinite properties, for each of which it will doubtlessly be possible to imagine some situation in which it is the factor determining whether the object is "good" ou "bad". A given property may even*

---

<sup>2</sup> Estes exemplos são simples traduções dos exemplos de Katz e sua adequação é discutível. Correndo o risco de não conseguir, em português, efeitos semânticos idênticos aos que Katz consegue (sempre é possível perguntar por que uma sentença como "a eletricidade é boa" seria anômala enquanto "o dinheiro é bom" não o seria), resolvi simplesmente manter os mesmos exemplos, só traduzindo-os do inglês.

*determine either of that pair on different occasions; if parents are looking for toy utensils for their young child to play at cooking with, a good knife will be one marked minus for the property 'ease of dividing substances softer than its blade'.*" (SAMPSON 1970, p.259)

Em suma, ou teríamos escolhas *ad hoc* ou teríamos entradas lexicais *infinitas* para todos os nomes passíveis de avaliação. Qualquer das alternativas impediria a formalização da semântica.

Uma segunda objeção consiste em mostrar que muitos AS (talvez a maioria deles) não podem ser tratados no modelo de Katz. Começemos aumentando um pouco a lista dos AS, já que Katz só apresenta "good" como exemplo.

Carstairs (1971) apresenta uma série de outros exemplos, como "mediocre", "brilhante", "eficiente", "incompetente", etc., e sugere, como meio de identificar os AS, o seguinte "teste"<sup>3</sup>:

- (6) George Orwell foi um novelista inglês.
- (7) George Orwell foi um novelista mediocre.

Podemos inferir de (6) que George Orwell era inglês, mas não é óbvio que possamos inferir de (7) que George Orwell era mediocre. Supondo que o "teste" da inferência é suficiente para definir a sincategorematicidade de um adjetivo, Carstairs vai dizer que "inglês" é um AC e "mediocre" é um AS.

Raciocinando como Carstairs, "testemos" os seguintes exemplos:

- (8) Pedro é um mero estudante.
- (9) Vladimir é um suposto comunista.

Na medida em que não podemos inferir de (8) que Pedro é mero, nem podemos inferir de (9) que Vladimir é suposto, o "teste" nos leva à conclusão de que "mero" e "suposto" são AS.

Ora, se quisermos usar o modelo de Katz para explicar a sincategorematicidade destes dois adjetivos, teremos que descobrir alguma propriedade dos nomes sobre a qual "mero" e "suposto" realizem alguma operação de predicação. Assim como "bom" opera sobre os marcadores semânticos de avaliação presentes nas entradas lexicais de um subconjunto dos nomes, "mero" e "suposto" também deverão operar sobre algum tipo de marcador semântico. Além de não fazermos a menor idéia sobre quais poderiam ser tais marcadores, é fácil prever que o aumento no número de AS vai implicar na proliferação dos marcadores semânticos. Princípios de simplicidade (a navalha de Occam) nos levam a preferir

---

<sup>3</sup> Encontramos um "teste" semelhante ao de Carstairs em Zuber (1973). O "teste" de Zuber está descrito detalhadamente em Borges Neto (1979, cap.1).

outro tipo de solução para a sincategorematicidade.

Mesmo nos casos em que a proposta de Katz parece funcionar, como é o caso de "bom", "mau", "mediocre", "brilhante", etc., onde algum tipo de avaliação parece estar em questão, o modelo enfrenta problemas. Por exemplo, todas as expressões de (10) deveriam ter o marcador semântico de avaliação preenchido com o sinal "+".

- (10) a. um novelista competente.
- b. um bom novelista.
- c. um novelista brilhante.

Porém, de alguma forma, "brilhante" é mais positivo do que "bom", e este é mais positivo do que "competente". Assim, os marcadores semânticos devem permitir uma graduação (uma escala) entre o positivo e o negativo. Como a semântica de Katz é binária, este fato exigiria uma reformulação geral do modelo.

Mas vejamos um outro caso que parece objetar de modo definitivo a proposta de Katz e todas as propostas que assumam a abordagem lexical.

- (11) Fritz é um soldado alemão.
- (12) Fritz é um soldado francês.

Há pelo menos uma situação em que, considerando-se Fritz como uma única pessoa, tanto a afirmação de (10) quanto a afirmação de (12) são verdadeiras. Suponhamos que Fritz seja nascido na Alemanha e seja soldado de profissão: Fritz é um soldado alemão. Desgostoso com sua pátria, no entanto, Fritz alistou-se na Legião Estrangeira da França: Fritz é um soldado francês. Nesta situação, Fritz é, ao mesmo tempo, um soldado alemão e um soldado francês. Podemos até afirmar (13) sem incorrerem em contradição.

- (13) Fritz é um soldado francês alemão.

Este aparente paradoxo pode ser resolvido se dermos uma interpretação categoremática a um adjetivo e uma interpretação sincategoremática ao outro. Consideremos o adjetivo "alemão" em (11). Temos aí que Fritz é soldado de profissão e alemão de nascimento e estas duas propriedades de Fritz são independentes entre si. Tanto "soldado" quanto "alemão" representam atributos de Fritz (são termos, para usarmos a terminologia de Quine) e determinam uma extensão: diz-se em (11) que Fritz pertence à intersecção do conjunto dos soldados e do conjunto dos alemães. E, mais importante, pode-se inferir de (11) que Fritz é alemão. Por outro lado, em (12), Fritz não é francês - só o soldado o é. Fritz é "soldado-francês" de profissão e, portanto, só é francês qua soldado. Nesse caso, "francês" não determina uma extensão por si só, e, em consequência, não é possível

inferir de (12) que Fritz seja francês<sup>4</sup>. O adjetivo "alemão", em (11), é AC; o adjetivo "francês", em (12), é AS.

Parece claro nestes exemplos que adjetivos dados como AC podem ser, em determinados contextos, AS: note-se que não podemos saber se os adjetivos "alemão" e "francês", em (11) e (12), são AC ou AS se não providenciarmos um contexto em que eles se interpretem.

Podemos concluir, então, que qualquer abordagem que pretenda, como o modelo de Katz pretende, dar conta da sincategorematicidade considerando que há classes disjuntas de adjetivos (a classe dos AC e a classe dos AS) e que essas classes estão, de alguma forma, definidas no léxico, vai precisar duplicar praticamente todas as entradas lexicais dos adjetivos e estará inexoravelmente fadada ao fracasso.

### 3. A ABORDAGEM SINTÁTICA

Diante da patente inadequação empírica das propostas de base lexical, passemos a uma análise das propostas que reunimos sob o rótulo de abordagem sintática.

Todas estas abordagens têm em comum o fato de suporem que há diferentes modos de relação entre nomes e adjetivos. A categorematicidade e a sincategorematicidade não passariam de distintos modos de relação: um adjetivo seria AC ou AS conforme a relação que mantivesse com o nome ao qual se liga. Damos o nome de "sintáticas" a estas propostas de tratamento dos adjetivos porque elas vão tentar explicar a oposição AC/AS ou numa sintaxe profunda de tipo chomskiano ou na sintaxe de uma forma lógica associada à expressão que contém o adjetivo.

Analiseemos algumas das propostas que encontramos na literatura.

#### 3.1. As propostas de Bloemen e de Reichenbach

Bloemen (1982) pretende explicar a distinção AC/AS a partir das categorias aristotélicas de substância e atributo. Os nomes denotariam substâncias, os AC denotariam atributos de uma substância e os AS denotariam especificações de atributos. Tomemos alguns exemplos de Bloemen (a numeração é minha).

- (14) a. John is a bald student.  
b. John is bald.
- (15) a. John is a big eater.

---

<sup>4</sup> Esta situação demonstra a precariedade do "teste" de Carstairs. Se tomarmos a sentença (12) isoladamente, é possível inferir que Fritz é francês e "francês", então, será um AC. Dada a situação, no entanto, podemos perceber que a inferência não é mais possível. Deste modo, o "teste" de Carstairs só tem validade se levar em consideração o contexto de uso da expressão "testada".

b. \*John is big.

Segundo Bloemen, na sentença (14a), tanto o adjetivo "bald" quanto o nome "student" denotam atributos de uma substância - a substância nomeada por "John". Isto explica porque o adjetivo "bald" pode predicar isoladamente o nome sujeito "John", em (14b). Por outro lado, em (15a), apenas "eater" denota um atributo da substância nomeada por "John" - o adjetivo "big" apenas especifica "eater".

*"John is not big in any absolute sense, but only in the sense that he eats big 'a lot'."* (BLOEMEN 1982, p.682)

Em primeiro lugar, a proposta de Bloemen não é verdadeiramente uma solução para o problema da sincategorematicidade. Bloemen precisa desenvolver uma linguagem formal em que suas distinções de base aristotélica sejam sintaticamente explicitadas e isto ele não faz. Não parece difícil, entretanto, imaginar como seria tal sintaxe e, creio, esta sintaxe já existe, proposta por Reichenbach (1947).

Para Reichenbach, os AC (ele não usa esses termos) seriam funções independentes (isto é, funções de primeira ordem) enquanto os AS seriam modificadores de uma função independente (isto é, funções de segunda ordem). Os exemplos de Reichenbach são os seguintes (a numeração é minha):

- (16) a. Royce Hall is a red building.  
b. Royce Hall is a building.  
c. Royce Hall is red.
- (17) a. John is a slow driver.  
b. John is a driver.  
c. \*John is slow.

Tanto "red" quanto "building" seriam funções que tomariam "Royce Hall" como argumento - seriam predicados da entidade de primeira ordem "Royce Hall" - e porisso (16b) e (16c) seriam sentenças "bem formadas". Por outro lado, nos casos de (17), apenas "driver" é uma função que pode ser satisfeita pelo argumento "John" (apenas "driver" é uma função de primeira ordem) e isto explica a agramaticalidade de (17c). O adjetivo "slow" é um modificador de funções de primeira ordem e, em conseqüência, toma funções de primeira ordem (do tipo de "driver") como argumento.

Parece-nos óbvia a equivalência entre as duas propostas, levando, no entanto, a proposta de Reichenbach a vantagem de evitar o compromisso ontológico - de difícil sustentação, para dizer o menos - com entidades como substâncias e atributos.

Em outro lugar (Borges Neto 1985), objetei a proposta de Bloemen

(e de Reichenbach) usando alguns fatos do russo analisados em Siegel (1976). A objeção era a seguinte.

Em russo, os adjetivos admitem duas formas: uma forma curta (FC) e uma forma longa (FL).

- (18) a. Studentka umna (FC)  
b. Studentka umanaja (FL)  
"A estudante (é) inteligente"

Segundo Siegel, a sentença (18a), com a FC, significa que a estudante é inteligente em termos gerais, isto é, de modo absoluto. Poderíamos dizer, usando os termos de Bloemen, que a inteligência é um atributo da substância nomeada por "studentka". A pessoa referida por meio de "studentka" tem a propriedade "ser inteligente", independentemente do modo de referir escolhido. Por outro lado, (18b) nos diz que a estudante é inteligente apenas quando comparada a outros estudantes, isto é, ela é inteligente qua estudante. Note-se que neste caso o modo de referir é relevante: pode-se afirmar de uma mesma pessoa que "a estudante é inteligente mas a jogadora de xadrez não". Podemos afirmar, usando novamente a terminologia de Bloemen, que em (18b) o adjetivo na FL é apenas uma especificação do atributo "studentka", ou seja, é um predicado de outro predicado.

Mas a língua russa nos apresenta outros dados interessantes.

*"One might wonder how a russian sentence with the long-form adjective will be understood if the subject is not something like "student", of whom it makes sense to say that someone is an intelligent one."* (SIEGEL 1976, p.297)

Por exemplo:

- (19) a. Oleg umen (FC)  
b. Oleg umnyi (FL)  
"Oleg (é) inteligente"

O informante de Siegel afirma que em (19a) "Oleg is just plain generally intelligent ("you can tell by looking at him)", ou seja, a FC do adjetivo, como em (18a) predica o sujeito de forma absoluta (o denotatum do adjetivo é um atributo da substância nomeada por "Oleg", nos termos de Bloemen). Quanto a (19b), o informante de Siegel afirma:

*"Oleg must have somehow actively shown himself to be an intelligent SOMETHING ("maybe he is painting pictures while reciting the pledge of*

*allegiance backwards in Coptic).*" (SIEGEL 1976, p.297)<sup>5</sup>

Parece óbvio que neste caso o que temos é a especificação de um atributo e não um atributo de uma substância, para usar mais uma vez a terminologia de Bloemen. Podemos concluir, então, que o adjetivo russo na FC é um AC e na FL é um AS<sup>6</sup>.

O fato crucial presente nos dados de (18) e (19) é a possibilidade de um AS predicar um nome próprio. Este fato é problemático para Bloemen na medida em que exige do nome próprio uma dupla natureza: deverá denotar simultaneamente uma substância e um atributo. A solução deste problema no quadro das categorias aristotélicas não me parece possível e, em consequência, não vejo como Bloemen pode explicar (19b). A sintaxe de Reichenbach, por sua vez, também não conseguirá explicar satisfatoriamente como um predicado de segunda ordem pode tomar como argumento um nome próprio (um indivíduo, entidade de primeira ordem).

### 3.2. A proposta de Borges Neto

Em minha dissertação de mestrado (Borges Neto 1979), pareceu-me possível vislumbrar uma saída para os problemas enfrentados pelas propostas de tratamento da sincategorematicidade considerando os AC como predicados da extensão dos nomes e os AS como predicados da intensão. Ao contrário da formulação clássica, não entendi que os adjetivos fossem extensionais ou intensionais, mas que os adjetivos, indistintamente, predicassem ora as extensões ora as intenções dos nomes a que se ligassem.

Pensemos nos exemplos de (19). O nome próprio "Oleg" (como, de resto, todos os nomes próprios) apresenta uma extensão, que é a pessoa referida por "Oleg", e uma intensão, que seria o conjunto das propriedades da pessoa referida. Em (19a) o adjetivo na FC "umen" predica a extensão do nome "Oleg" e é, portanto, a expressão de uma propriedade de Oleg (é uma das propriedades da intensão de "Oleg"). Em (19b), por outro lado, o adjetivo não predica a extensão do nome mas sua intensão - é o predicado de uma (ou algumas) das propriedades que constituem

---

<sup>5</sup> Fica claro, a partir da caracterização que o informante de Siegel dá do significado de (19b), que a determinação da propriedade do sujeito que o adjetivo na FL predica depende do contexto de uso. Decorre também desta caracterização que duas pessoas enunciando a sentença (19b) podem estar predicando propriedades diferentes do sujeito. Em outras palavras, a determinação da propriedade predicada pelo adjetivo na FL cabe à pragmática.

<sup>6</sup> Se isto é verdade, a crítica que fizemos acima à abordagem lexical fica reforçada. Os adjetivos não são inerentemente AC ou AS; eles são uma coisa ou outra conforme o contexto sintático em que se apresentam. As línguas podem marcar estes contextos diversos por meio de traços morfológicos (como o russo), por meio de traços sintáticos (a ordem parece ter este papel em alguns casos do português. Cf. Borges Neto 1979, cap.3, item 3.3) ou podem deixar as expressões sem marcas específicas, cabendo ao contexto situacional a determinação do valor do adjetivo.

essa intensão. Neste segundo caso, o adjetivo na FL "umnyj" não é a expressão de uma propriedade de Oleg mas a expressão de uma propriedade de uma propriedade de Oleg. O mesmo deveriam poder ser dito de casos como (2), que repito aqui por comodidade.

(2) Oscar é um belo jogador de basquete.

Segundo a proposta, em (2) afirma-se da extensão do nome "Oscar" a propriedade "ser jogador de basquete", que é uma das propriedades que compõem a intensão de "Oscar", e predica-se esta propriedade com adjetivo "belo". Deste modo, "belo" não é um predicado da extensão do nome "Oscar" (não é uma propriedade do indivíduo Oscar), mas um predicado de uma das propriedades de Oscar. Isto explicaria a impossibilidade de se predicar diretamente o nome "Oscar" com o adjetivo "belo", nesse contexto.

Num certo sentido, minha proposta tem o mesmo conteúdo intuitivo das propostas de Reichenbach e Bloemen (predicado de extensão = atributo = função de primeira ordem; predicado de intensão = especificação de atributo = função de segunda ordem), embora não enfrente os mesmos problemas. Os dados do russo que apresentamos acima criam dificuldades para Bloemen, mas podem ser resolvidos por Reichenbach e por mim; a aproximação que fatalmente Reichenbach deverá fazer entre AS e advérbios colocam uma dificuldade especial para o aproveitamento de sua proposta na descrição de línguas naturais, sem que isso seja problema para a minha proposta ou para a proposta de Bloemen.

A aparente vantagem de minha proposta sobre as outras, no entanto, é ilusória na medida em que reconheço que minha proposta enfrenta, também, sérios problemas. Vejamos.

Minha proposta de tratamento da sincategorematicidade precisa assumir a existência de intensões para os nomes próprios, à moda de Frege. Ora, Kripke (1972) demonstra - convincentemente, a meu ver - que os nomes próprios não possuem intensões. O raciocínio de Kripke é o seguinte: se o nome próprio possuir intensão, uma proposição da forma "S é P" em que S seja o nome próprio e P seja uma das propriedades da intensão de S deverá ser uma proposição analítica e, em consequência, necessária e incorrigível. Para vermos como funciona o raciocínio de Kripke, tomemos um nome próprio como "Pelé". Sua "intensão" deverá consistir num conjunto de propriedades como: "foi jogador de futebol", "é relações-públicas da Warner", "nasceu em Três Corações-MG", "foi tricampeão do mundo pela seleção brasileira de futebol", etc. Pressupõe-se que apenas um único indivíduo possui todas estas propriedades e que este indivíduo é Pelé (Edson Arantes do Nascimento). Se "nasceu em Três Corações-MG" é uma das propriedades da intensão do nome "Pelé", a proposição (20) deverá ser analítica.

(20) Pelé nasceu em Três Corações-MG.

Como proposição analítica, (20) deverá ser necessária e incorrigível. Para Kripke, uma proposição necessária é verdadeira em todos os mundos possíveis e podemos imaginar facilmente um mundo possível, em tudo igual ao nosso mundo, em que Pelé não tenha nascido em Três Corações, mas sim em Conceição do Mato Dentro. Podemos, então, conceber um mundo possível em que (20) é falsa e, portanto, não-necessária (= contingente). Podemos também imaginar que um pesquisador, estudando a vida de Pelé, descubra que ele nasceu em Conceição do Mato Dentro e que, com poucos dias de vida, foi levado por seus pais para Três Corações e lá registrado - fato que permaneceu em segredo até agora. (20), que era considerada uma proposição verdadeira, pode ter seu valor de verdade corrigido e passar a ser falsa, sem que se altere a extensão do nome "Pelé".

Na medida em que não é necessária e pode ser corrigida, a proposição em (20) não é analítica. Não sendo analítica, a propriedade que predica o sujeito não é uma das propriedades que constituem a intensão do sujeito.

O que Kripke vai mostrar é que nunca teremos proposições analíticas com nomes próprios como sujeito. Sem negar que possamos associar propriedades aos nomes próprios, Kripke vai negar que essa associação seja semântica e que as propriedades associadas constituam intensões para os nomes próprios.

Fica claro, então, que minha proposta, na medida em que precisa supor que os predicados de intensão predicam a intensão dos nomes, não vai conseguir explicar adequadamente (19b). Do mesmo modo, exemplos como (2) trarão problemas no que diz respeito ao "predicado intermediário" ("jogador de basquete", no caso) que precisa ser entendido como parte da intensão do sujeito para que a segunda predicação se dê corretamente. Se Kripke estiver certo e os nomes próprios não possuírem intensões, minha proposta não se sustenta.

Outro problema enfrentado por minha proposta relaciona-se com a sintaxe que deve dar sustentação ao sistema de relações semânticas proposto. Minha tentativa de estabelecer uma explicação alternativa à explicação de Reichenbach deveu-se à impossibilidade de distinguir claramente adjetivos e advérbios em sua resposta. Se adjetivos podem predicar nomes, adjetivos são "funções de primeira ordem"; adjetivos que predicam adjetivos que predicam nomes serão "funções de segunda ordem"; e advérbios que predicam adjetivos poderão ser "funções de segunda ou de terceira ordem". É fácil notar, então, que ao menos alguns adjetivos e alguns advérbios ficarão sintaticamente indistintos na sintaxe de Reichenbach. Supondo que as línguas naturais - em especial o português - distinguem sintática e morfologicamente adjetivos e advérbios, recusei a proposta de Reichenbach e tentei propor uma alternativa. Retomemos os exemplos (11)-(13), que repito aqui por comodidade.

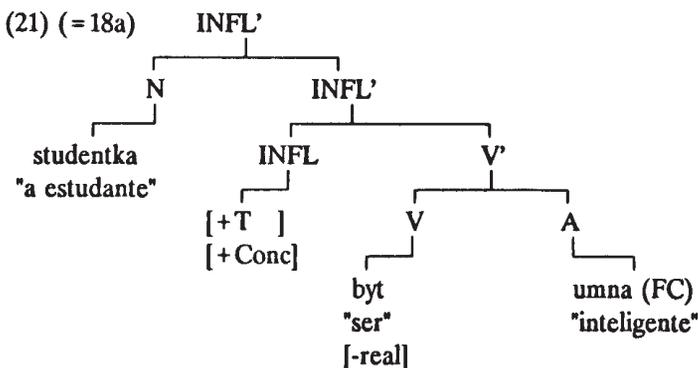
- (11) Fritz é um soldado alemão.
- (12) Fritz é um soldado francês.
- (13) Fritz é um soldado francês alemão.

Para que minha proposta funcione, é preciso que sintaticamente a relação entre "soldado" e o adjetivo "alemão", em (11) e (13), seja diferente da relação entre "soldado" e "francês", em (12) e (13). Para garantir o respeito às categorias morfológicas e à estruturação sintática próprias da língua natural, eu precisava reconhecer que em todos os casos "alemão" e "francês" são modificadores de "soldado" e não se "Fritz". Precisava, de alguma forma, recuperar a intuição de que "alemão" é uma das propriedades de "Fritz" (permite a predicação independente) enquanto "francês" não. Precisava, portanto, de algum modo, garantir que houvesse "transitividade" da predicação de "alemão" para "Fritz" e que não houvesse essa "transitividade" no caso de "francês". Aí é que entraram as noções de extensão e intensão aplicadas a "soldado": "alemão" predicaria a extensão de "soldado" e "francês" predicaria a sua intensão. Parece claro para mim, hoje, que não há esperanças de que se consiga chegar a "Fritz" por meio da extensão de "soldado". A extensão de "soldado" é o conjunto dos soldados e o fato de que Fritz faz parte dessa extensão não é um fato semântico, mas um fato empírico que está sendo afirmado na proposição e que dificilmente pode ser objeto de uma predicação supondo-se uma estruturação sintática da proposição como a que temos em (11).

Em suma, minha proposta apresenta problemas em número suficiente para que seja rejeitada.

### 3.3. A via sintática de Godoy e Guindaste (1989).

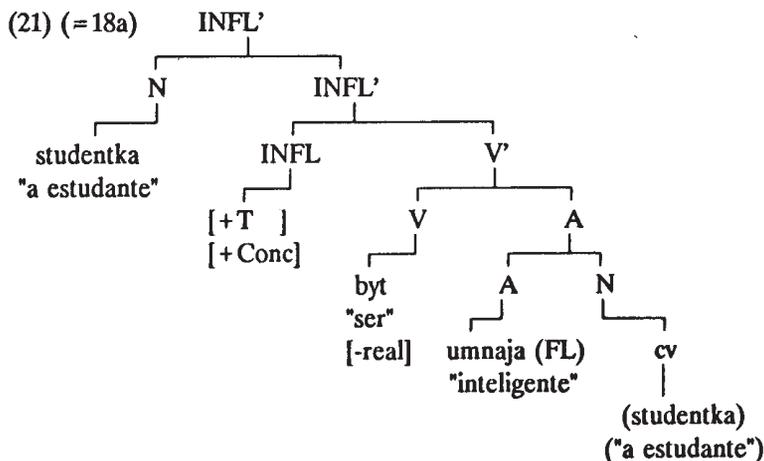
A partir da Teoria de Regência e Ligação de Chomsky (1981, 1982), Godoy e Guindaste propõem uma análise sintática superficial (de Estrutura-S) para os adjetivos russos, distinguindo configuracionalmente FC e FL. Para a FC a representação sintática seria a seguinte:



Para as autoras, (21) é a estrutura obrigatória para os adjetivos na FC em russo ("INFL" é o nó "inflection", que se expande pelas regras de reescritura; [+/- T] é o símbolo da categoria "tempo"; [+/- Conc] é o símbolo da "concordância";

o símbolo [- real] indica que o verbo "byt" ("ser") não é realizado.

Diferentemente, as sentenças que apresentam adjetivos na FL - como nosso exemplo (18b) - terão outra representação sintática, que no caso de (18b) seria a seguinte:



Se observarmos as representações (21) e (22) poderemos notar que a principal diferença é a presença de uma categoria vazia (cv) nominal na ramificação de A (adjetivo) em (22), ausente em (21). O recurso à categoria vazia, perfeitamente possível no quadro teórico assumido e justificado pelas autoras por argumentos independentes ligados à concordância e aos casos nominais do russo, permite que as autoras concluam:

*"A partir desta análise, podemos concluir que a existência de duas formas para o adjetivo russo é relacionada com a existência de duas estruturas sintáticas diferentes. Esta conclusão, por sua vez, nos leva a postular dois tipos de predicação que envolvem os adjetivos em russo:*

*a) predicação imediata, onde não existe nenhuma categoria nominal vazia e onde o INFL sempre é [+Tempo] e [+Concordância]; os adjetivos curtos encontram-se neste tipo de predicação;*

*b) predicação mediata, cuja estrutura sempre inclui uma categoria vazia de natureza nominal e onde o INFL pode ser [+/- Tempo] e [+/- Concordância]; neste tipo de predicação encontram-se os adjetivos longos." (GODOY e GUINDASTE 1989, p.141)*

Embora as autoras não procurem interpretar semanticamente as duas estruturas que reconhecem no russo, nem mesmo procurem explicitar as Formas Lógicas que a teoria utilizada prevê para as duas representações superficiais

apresentadas, parece claro que sua análise dos adjetivos russos traz luzes para a questão que vimos perseguindo até aqui.

Fizemos anteriormente a relação entre FC e AC, de um lado, e FL e AS, de outro, relação que as autoras recusam categoricamente (em seu texto, as autoras não apresentam argumentos suficientes para justificar a recusa, mas uma das autoras (Elena Godoy), em comunicação pessoal, mostrou-me que, de fato, não é possível encontrar na distinção FC/FL dos adjetivos russos as características semânticas que reconhecemos na distinção AC/AS). Se não é possível enquadrar a distinção morfo-sintática FC/FL na distinção semântica AC/AS, talvez seja possível enquadrar a distinção AC/AS numa distinção sintática semelhante à que as autoras apresentam para o russo. Vejamos.

Se olharmos com atenção as estruturas (21) e (22) veremos que o adjetivo na FC é, de fato, um predicativo e que o adjetivo na FL é um atributivo. Ora, suponhamos que todos os AC sejam semanticamente predicativos, e os AS sejam semanticamente atributivos: os AS seriam atributos ou de um N explícito ou de uma categoria vazia no interior de um sintagma nominal, enquanto os AC seriam sempre predicativos. Isso nos permitirá derivar as características semânticas que vimos reconhecendo na distinção AC/AS. Retomemos os exemplos (11) e (12).

(11) Fritz é um soldado alemão.

(12) Fritz é um soldado francês.

Se, no contexto dado, o adjetivo "alemão" é AC, isto significa que ele é um predicativo, do mesmo modo que "soldado", o que justificaria sua aplicação direta e independentemente ao sujeito "Fritz". Já no caso de (12), se "francês" é um AS, ele seria um atributivo e, como tal, precisaria necessariamente ligar-se a um elemento nominal no interior do SN, no caso, o substantivo "soldado". Se porventura não tivéssemos um N qualquer do qual pudéssemos dizer que o AS é atributivo, postularíamos uma categoria vazia para seu lugar. Por exemplo:

(23) Fritz é alemão.

(24) Fritz é francês.

Mantendo as características do contexto apresentado, diríamos que em (23) o AC é predicativo de Fritz (já o era em (11)), mas, em (24), seríamos obrigados a dizer que "francês" é também um AC (como parece ser na interpretação que os falantes de português imediatamente dariam a essa sentença) ou que há uma categoria vazia presente neste sintagma (dada no contexto no discurso prévio):

(25) Fritz é (cv) francês.

Imaginemos o seguinte diálogo:

- (26) A: O Hans e o Fritz são ambos soldados alemães, não é?  
B: Não! Você está enganado. O Fritz é francês.

Não me parece difícil que se entenda, no diálogo, que B está dizendo que Fritz é um soldado francês e não que Fritz seja de nacionalidade francesa, o que nos permitiria postular uma categoria vazia da qual o adjetivo seria o atributo (categoria vazia que seria interpretada a partir do discurso prévio).

Esse modo de abordar a questão poderia também resolver problemas como o que recentemente apareceu numa questão sobre concordância em inglês. Queria-se saber qual das duas formas de (27) era a correta:

- (27) a. We are brazilian.  
b. We are brazilians.

Para resolver o problema, buscou-se um caso análogo em que a distinção ficasse mais clara, e encontrou-se o seguinte:

- (28) a. They are french.  
b. They are frenchmen.

Parece claro que ambas as formas são "corretas", tanto em (27) quanto em (28), dependendo do que se quer dizer. Em (28b) diz-se que "eles" (?) são de nacionalidade francesa mas não é óbvio que se diga o mesmo em (28a). Aparentemente, em (28a) diz-se que "eles" são "french SOMETHING" ("soldiers", "friends", "books", etc.). O mesmo ocorreria nos casos de (27): no primeiro caso teríamos "brazilian" como atributivo predicando uma categoria vazia, sem concordar com o sujeito, portanto; no segundo caso, teríamos um predicativo do sujeito, sendo, então, obrigatória a concordância.

Esta proposta é tão vaga e dependente de elaborações mais sofisticadas quanto qualquer uma das outras já apresentadas aqui. Mesmo sem tentarmos elaborá-la melhor, uma série de problemas já fica patente: em primeiro lugar, a proposta novamente distancia a sintaxe superficial do português de sua estrutura semântica, o que gostaríamos que não ocorresse; em segundo lugar, precisaríamos, por exemplo, distinguir claramente um "atributivo (e um predicativo) sintático" de um "atributivo (e um predicativo) semântico" uma vez que alguns adjetivos serão sintaticamente atributivos mas semânticamente predicativos, ou vice-versa.

#### 4. CONCLUSÃO

As propostas de tratamento que resenhei neste texto, embora

incapazes de resolver o enigma, apontam caminhos que, se seguidos, podem levar a essa solução. Creio que alguns pontos merecem destaque.

Deve ter ficado claro que a distinção AC/AS tem claras conseqüências semânticas: as diferentes possibilidades de inferência demonstram isso. A dificuldade, entretanto, de encontrarmos contrapartes morfo-sintáticas claras à distinção semântica (não se tratam de diferentes classes de adjetivos; não são óbvias diferentes relações entre os adjetivos e os substantivos; a distinção "atributivo/predicativo", embora possa resolver alguns problemas, coloca outros maiores, etc.) bem como a constante exigência de informações tipicamente pragmáticas (contextos de uso; intenções dos falantes; ambigüidades de uso; etc.) parecem nos encaminhar para um tratamento mais amplo que o tratamento semântico para a questão. Não temos, no entanto, na literatura especializada, notícias de um tal tratamento, nem temos idéia de como este tratamento poderia ser.

Por tudo isso, a sincategorematicidade continua, verdadeiramente, um problema para a semântica, um enigma à espera de decifração.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOEMEM, J. (1982) Syncategorematic words. Linguistic Inquiry 13, p.681-682.
- BORGES NETO, J. (1979) Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- \_\_\_\_\_. (1985) Syncategorematic words again. Linguistic Inquiry, p.
- CARSTAIRS, A. (1971) Syncategorematic words. Linguistic Inquiry 2, p.107-110.
- CHOMSKY, N. (1981) Lectures in Government and Binding. Dordrecht: Foris.
- \_\_\_\_\_. (1982) Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- GODOY, E. & GUINDASTE, R. (1989) Os adjetivos russos: por que duas formas? Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, (17), pp.133-145.
- KATZ, J.J. (1966) The Philosophy of Language. New York: Harper & Row.
- KRIPKE, S. (1972) Naming and Necessity. In DAVINSON & HARMAN (eds.) Semantics of Natural Languages. Dordrecht: Reidel, 1972, pp.253-355.
- PARTEE, B.H. (1976). Montague Grammar. New York: Academic Press.
- QUINE, W.V.O. (1960) Word and Object. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- REICHENBACH, H. (1947) Elements of Symbolic Logic. New York: Macmillan.
- SAMPSON, G. (1970) Good. Linguistic Inquiry 1, p.257-260.

SIEGEL, M. (1976) Capturing the russian adjectives. In PARTEE (ed.), 1976, p.293-309.

ZUBER, R. (1973) La catégorématicité et les adjectifs en polonais. Langages 30, p.125-131.